

# TEORIA GERAL DA ESTRATÉGIA APLICADA À

## ESTRATÉGIA NACIONAL PROTEÇÃO CIVIL PREVENTIVA 2030



travel through knowledge

Ana Ferreira\*  
[ana.wferreira@gmail.com](mailto:ana.wferreira@gmail.com)

António Piedade\*  
[a.piedade@hotmail.com](mailto:a.piedade@hotmail.com)

Maria Inês Santos\*  
[m.ines.santos@outlook.com](mailto:m.ines.santos@outlook.com)

Miguel Ângelo Ferreira\*  
[maf.morais.15@gmail.com](mailto:maf.morais.15@gmail.com)

Luís Dias Ramos\*  
[ldr@iscia.edu.pt](mailto:ldr@iscia.edu.pt)

\*ISCIA-Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (Portugal)

### Introdução

O território nacional está sujeito a vários riscos de origem natural, tecnológica e mista que podem causar danos a pessoas, animais, bens e ao ambiente, com diferentes probabilidades de ocorrência. A legislação portuguesa delinea a atividade preventiva para riscos coletivos, promovendo a prevenção, resposta e proteção em situações de acidente grave ou catástrofe. No entanto, os esforços preventivos encontram-se dispersos, resultando numa falta de perceção de uma ação concertada na sociedade, centrando a gestão destes riscos na reação em detrimento da prevenção. O Governo, reconhecendo esta lacuna, estabeleceu como meta o incremento das condições de prevenção e resposta, através da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP 2030), alinhada com o Quadro de Sendai, enfatizando a vertente preventiva como fator crucial para atenuar vulnerabilidades e controlar novos elementos expostos a riscos coletivos.

### Objetivos

Com a análise da ENPCP 2030, do ponto de vista da Teoria Geral da Estratégia, enquadrada num contexto de Segurança Nacional e de Defesa Nacional, formulou-se um plano de ação com o objetivo de comprovar a operacionalidade desta Estratégia, perante as suas cinco conceções particulares que nos permitem reconhecer e incorporar diferentes visões e perspetivas (abordagens individuais) e assim desenvolver modelos adaptados às suas complexidades e potencialidades, tornando o processo mais robusto.

**Manobra:** Todas as ações que nos permitam ter vantagem face ao “Contrário” (entenda-se por Risco).



### Bibliografia

- Ribeiro, António; *Teoria Geral da Estratégia*; Almedina; 2009.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, que aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

### Resultados

- Para cada estratégia, deve ser formulado um plano de ação para comprovar a operacionalidade da mesma:

Ramos da Estratégia	O Plano de Ação está formulado e é operacionalizável?	
Genética (Edificação de novos meios)	Gera e cria novos meios?	Sim
	Analisa a evolução da conjuntura?	Não
	Visa meios para a estratégia operacional a longo prazo?	Não
Estrutural (Disposição de Meios)	Compõe, organiza, dispõe e articula os meios?	Não
	Analisa vulnerabilidades?	Sim
	Analisa potencialidades?	Não
Operacional (Emprego e Utilização)	Estuda os meios a eliminar, diminuir, aumentar ou criar?	Não
	Utiliza os meios no meio (espaço)?	Não
	Os meios existentes são bem utilizados?	Não

- Deve ser analisado cada fator de decisão, pois “(...) *contribuem para, a cada nível de decisão e execução estratégica, evitar a confusão entre o produto científico (ou conteúdo) e o processo científico (processo) da estratégia.*” (Ribeiro, 2009:28)

Fatores Decisão	Objetivo Geral	Objetivo Específico
Objetivo	Documento estruturante, bastante completo, de grande oportunidade e alcance.	Os objetivos estão identificados, analisados e por vezes priorizados internamente, mas não num todo.
Meio	Território Nacional. Há um errado confinamento às fronteiras nacionais.	Refere prioridades territoriais, porém, ou não há critérios de aplicação, ou os que existem são alterados anualmente.
Meios	Apenas humanos (refere entidades coordenadoras e envolvidas). Falta recursos: €, materiais, morais, humanos e tecnológicos.	Não responde à pergunta de “com quê?” se atingirá os objetivos.
Tempo	Estabelece globalmente o momento: 2020-2030, porém não define a duração nem o ritmo (intensidade e velocidade).	Objetivos específicos com datas finais de implementação. A que ritmo? E com que esforço? Não sabemos.
“Contrário”	Riscos e Catástrofes.	A falta de apoios (ou desconhecimento dos mesmos) e a falsa sensação de segurança pode ser considerado.

- Elaborada uma análise S.W.O.T. garante-se uma visão holística que ajuda a formar estratégias mais informadas e a identificar áreas que requerem mais atenção:

<b>Strengths/Potencialidades</b>	Ênfase na estratégia preventiva, enquanto aliada fundamental de estratégia reativa em situações de risco e catástrofe. Implementação de políticas de aproximação ao cidadão, promovendo o envolvimento das comunidades no conhecimento dos riscos.
<b>Weaknesses/Vulnerabilidades</b>	Ausência de estimativa orçamental e de indicação das fontes de financiamento previstas para execução dos objetivos, e a aparente ausência de financiamento do Orçamento do Estado.
<b>Opportunities/Eventualidades</b>	A consideração do princípio da subsidiariedade e do trabalho em rede multinível entre os diferentes graus da governação. Realça a importância do nível local e considera os municípios como agentes ativos para implementação dos objetivos operacionais.
<b>Threats/Problemas</b>	Ausência de plano de verificação e manutenção dos programas estratégicos implementados.

### Conclusão

A implementação da ENPCP2030 aparenta ter sido um passo positivo no sentido da prevenção e melhoria das capacidades de gestão de riscos. Porém, para que se possa aferir o grau de execução dos objetivos estabelecidos e garantir a adequação dos mesmos (ou ajustes verificando-se alterações significativas do contexto que o justifiquem), propomos a existência de um caminho paralelo de acompanhamento e monitorização aos mesmos, que responda às perguntas “Como?”, “Quando?” e “Que recursos?”.

